

José Carlos Vilhena Mesquita

SAGRES
UM LUGAR NA HISTÓRIA E
NO PATRIMÔNIO UNIVERSAL

Stylus n
Jan Jun 2006

SAGRES

UM LUGAR NA HISTÓRIA E NO PATRIMÓNIO UNIVERSAL *

*por José Carlos Vilhena Mesquita ***

RESUMO

A Fortaleza de Sagres, considerada como o mais imponente monumento que a força da natureza talhou no Algarve, tem sido, ao longo dos tempos, objecto de culto da portugalidade e da investigação dos mais conceituados historiadores, nacionais e estrangeiros. Estrategicamente situada no extremo sudoeste da península, marco de passagem para o atlântico norte e águas mediterrânicas, sofreu ao longo dos séculos constantes ataques dos corsários marroquinos, em cuja defesa se distinguiram heroicamente as gentes do barlavento algarvio. Nesta mole imensa edificou o Infante D. Henrique a sua decantada "vila de Sagres", cuja tradição permanece ainda hoje, bem viva na memória dos povos então dominados pelas velas da Cruz de Cristo. Com a morte do seu fundador acentuou-se-lhe o declínio, acrescido pelas pilhagens e abalos telúricos, mergulhando na mais confrangedora ruína. No âmbito das chamadas Comemorações Centenárias, de 1940 e 1960, concretizou-se a sua reconstrução, devolvendo-se àquela fortaleza um semblante mais consentâneo com os seus pergaminhos históricos. Todavia, o seu aproveitamento para fins culturais não tem sido o mais desejável, residindo na exploração turística, o único benefício que dela se obtém.

Para manter a sua conservação como monumento histórico do mais elevado quilate, propomos que se promova, junto das entidades oficiais, a sua classificação como Património Universal, sob a protecção da UNESCO.

Sagres, designação oficial de uma pequena freguesia do concelho de Vila do Bispo, vulgarmente reconhecida como um conjunto de vários acidentes da orla marítima que abraçam a esplendorosa península, agreste e fragosa, que constitui o extremo sudoeste da costa portuguesa, foi pelo antigo nome de Promontório Sacro, ou pelo mais recente epíteto de Ponta de Sagres que

José Carlos Vilhena Mesquita

aquela modestíssima povoação eternamente se consagrou nas mais refulgentes páginas da História Universal.

Conhecida desde tempos imemoriais, pelo seu tão alcantilado quanto tenebroso Cabo, a ela se referem os ancestrais testemunhos de Éforo, Artemidoro, Estrabão, Pomponio Mela, Aviena e tantos outros geógrafos da Antiguidade Clássica. Ali teriam existido santuários de Herácles e de Cronos, ali se pronunciaram preces ao fabuloso Saturno, ali vinham os deuses conferenciar, ali... reinava a força do mito. No vertiginoso galopar dos séculos despontou naquele sagrado rochedo um núcleo cristão sob a invocação do mártir São Vicente - cujas relíquias foram trasladadas em 1173 para Lisboa - em cujo sepulcro se erigiu a Igreja do Corvo, à qual largamente se refere Edrisi.

Das suas areias partiram as caravelas lusas, às suas praias apartaram corsários, aos seus muros se abateu o fero capitão Francis Drake, nas suas águas se cobriram de glória os almirantes britânicos, Nelson e Charles Napier. Toda aquela mole imensa, que a fúria do oceano apenas consegue afagar, é um «ninho marítimo que foi de águias e gaviões do mar», como observa Oliveira Martins; é um incomparável lugar onde «tudo à volta respira grandesa amarga, melancolia áspera e uma força ilimitada», recanto como «não há em toda a costa portuguesa aspecto de conjunto com tão erma e trágica beleza, nem seria fácil encontrar refúgio e cenário mais próprio para um pensamento obstinado de Herói e de Profeta», é como «poucos lugares no globo tão isolados do mundo a que se ligam tão grandiosas recordações da Mítica e da História», no expressivo pensamento de Raul Proença, é o *Promontório Sacro* da antiguidade greco-latina e o *Sacro Promontório da Pátria*, ao qual se arreigaram inesquecíveis páginas da História de Portugal e se ergueram pela mão de esforçados guerreiros as estratégicas fortalezas de Sagres, Beliche e do Cabo de S. Vicente.

A insignificante aldeia, que de Sagres usufrui o nome, despertou para a luz da ribalta histórica pela mão do infante D. Henrique. À partida e ao regresso da expedição a Ceuta se ficou a dever o seu primeiro contacto com o Algarve

e no apreço das surtidas pescarescas dos seus marinheiros, que arpoavam as baleias no mar alto e se defendiam bravamente dos corsários marroquinos, parece residir a sua escolha e o seu encanto por estas recônditas paragens.

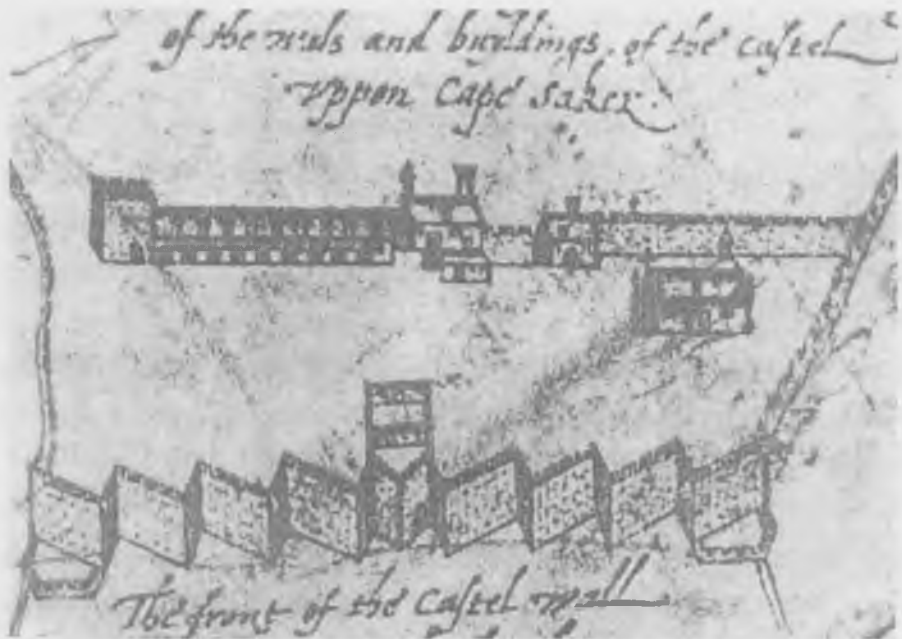
Concentrado no desafio dos mares e na expansão da Fé, o Infante lança ferro na baía de Lagos, o seu “grande porto de armamento”. Daí até à fundação daquela que ficou conhecida como a “vila do Infante” será um pequeno passo no tempo. Provavelmente começou por se acolher na Raposeira, mas, de acordo com uma carta datada de 19-9-1460, já os seus olhares de há muito se haviam fixado na importância estratégica daquele promontório, onde «esguardando como ao cabo de sagres vinham e veem mujtas carracas naos guallees e ouytos naujos pousar por nõ achare tempo de uijagem onde aqueecia estare per mujtos dias se acharem ne huua consolaçom de mantimentos e doutras cousas neçessarias ne isso mesmo daguaa quassy nada» e ainda «estando elles assy aly alguus ffaleciã da vida presente E os lançauam per estas barrocas e prayas». Reconhecendo a primazia e utilidade de ali erguer «uma povoação para dar mantimento e outras coisas necessarias aos que nas naus e galés, ali vinham pousar», logrou obter desde 27-10-1443 uma carta, de seu irmão o regente D. Pedro, autorizando-o a «fazer certa poboraçom ou poboraçoens cercadas no cabo de Trasfalmenar». Este local, que, segundo um manuscrito de Munique, havia sido vítima de «longa despovoçam e destruimento de mouros» fora outrora uma pequena fortificação que aparece citada com o nome de “Terçanabal” por um cruzado que assistira à conquista de Silves, em 1189. Todavia, também é corrente encontrar-se a designação de “Trasfalmenar” para identificar o mesmo Cabo de Sagres, onde não restam dúvidas de que se teria erigida a vila do Infante. Porém, é forçoso lembrar que o Infante não enviou de Sagres as suas caravelas, para «darem ao mundo novos mundos nunca dantes navegados», nem ali fundou qualquer escola ou academia náutica, nem tão pouco sobre o “Trasfalmenar” existiu qualquer arsenal-estaleiro, como vulgarmente se propalava há algumas décadas atrás. Efectivamente, Sagres pouco teve que ver com os descobrimentos, pois que

José Carlos Vilhena Mesquita

com essa reedificada “vila do Infante” se pretendeu, unicamente, acudir e amparar os mareantes acometidos pelos corsários e pelas violentas nortadas que, amiudadas vezes, os obrigavam a dar à costa. Essa glória caberá antes a Lagos, considerada como a capital dos Descobrimentos, cujas condições naturais propiciavam maior segurança às embarcações, dedicando-se os seus povoadores quase exclusivamente à faina da pesca. Não esqueçamos que no seu termo nasceram alguns dos argonautas mais famosos da nossa epopeia marítima.

Faleceu o Infante D. Henrique 17 anos depois da citada autorização para fundar a sua vila, e, posto que ali “obrasse continuamente”, o certo é que nela «avya soamente os muros, que eram de boa fortalleza, com alguas poucas casas», conforme assevera Zurara. Portanto, a “vila do Infante” nunca gozou da notoriedade e florescimento que o nome, riqueza e prestígio do seu fundador faria prever, redundando tudo num estranho fracasso que só se explica pela insalubridade do local. Acresce ainda a este insucesso o desinteresse das populações campesinas pelo lugarejo, o que se comprova através do diploma exarado pelo “Príncipe das Sete-Partidas”, em 4-1-1445, que privilegiava os primeiros vinte povoadores que se quisessem estabelecer definitivamente no sítio da Baleeira. Como é óbvio, serviriam, pontualmente, para acudir à defesa da fortaleza de Sagres. Mas como dessa carta não surtisse grande efeito, D. Afonso V confirmou-a em 2-9-1448, certamente a pedido do seu tio, na esperança de obter melhores resultados.

Seja como for, não restam dúvidas de que em Sagres se situava a tão decantada “vila do Infante”, cuja reconstrução deve ter-se operado pelo menos desde 1443. Dela se conhecem alguns desenhos, plantas e mapas, sendo um dos mais notáveis aquele que se encontra na Biblioteca da Ajuda, cópia do original existente na colecção Cotton do Museu Britânico, supostamente contemporâneo do ataque perpetrado em 1587 pelo corsário Francis Drake. Dos edificios nele representados distingue-se perfeitamente à esquerda a cisterna, ao centro as habitações do aquartelamento militar, logo seguidas da residência do “castelão” encimada por um nicho sineiro, tendo à direita a



Pormenor da planta do Cabo de Sagres desenhada por Francis Drake em 1587

suposta “Casa do Infante” continuada por um pano de muralha e, despedada do conjunto, a igreja de Santa Maria; fora da fortaleza observa-se ainda a localização da ermida de Santa Catarina e as duas «maretas» de beber e lavar, assim como se assinala o forte da Balieira, do Beliche, o castelo, o convento e o farol de São Vicente. Porém, das construções ali representadas, não se vislumbra qualquer edifício apalaçado que tivesse servido de “Paço do Infante”, embora se saiba que ali vieram conferenciar vários astrólogos, cartógrafos, pilotos e outros aventureiros, dispostos a servirem os altos desígnios henriquinos. Também ali se deslocou em 1458 o rei D. Afonso V, a fim de planear com o tio a estratégia de ataque à praça africana de Alcácer Ceguer. E neste “tenebroso” Cabo viveu D. Henrique os seus últimos dias, o que se comprova através de várias cartas firmadas na «Vila da Vila do Infante». Expirou a 13-11-1460, foi sepultado na Igreja de Santa Maria de Lagos e, no ano seguinte, dali foi trasladado para o Mosteiro da Batalha.

Com a morte do Infante a praça de Sagres entra em franco declínio, mau

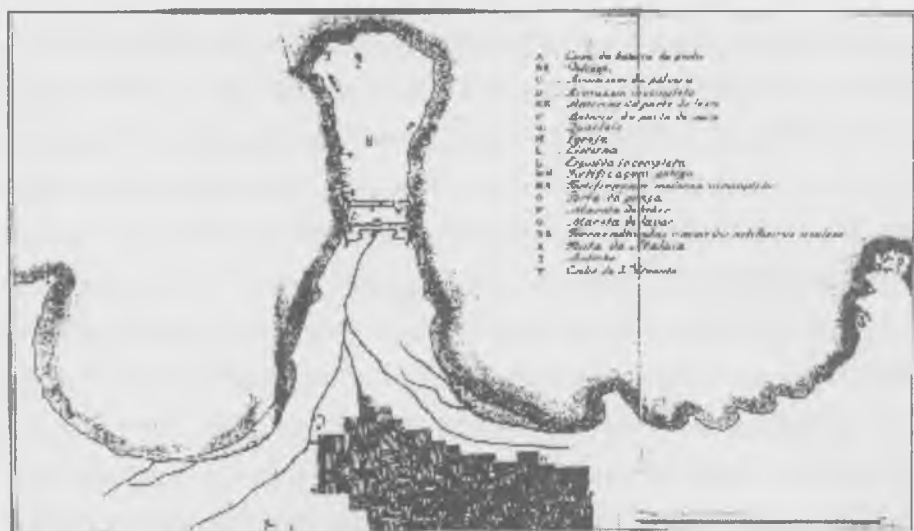
grado os esforços de D. Afonso V para lhe fixar os povoadores - garantindo-lhes os privilégios passados e ainda perdoando-lhes a metade da sisa - e a protecção de D. Manuel I que em 1511 destinara para a Igreja de Santa Maria um capelão com um rendimento anual de «dez mjlil rreaes», tendo pouco depois, a 12-12-1519, criado oficialmente a freguesia de Sagres, apartando-a da de «sancta maria daldeia do bispo», simultaneamente corroborado pelo Bispo D. Fernando Coutinho que lhe outorgou o respectivo priorado. A juntar à corrosão dos tempos acrescenta-se as devastações e pilhagens de que foi alvo por parte dos corsários, das intempéries e até dos fortes abalos telúricos ocorridos em 27-2-1722 e em 1-11-1755.

As consequentes obras de restauro e as novas edificações levantadas ao longo dos séculos não curaram do seu passado histórico, pois que tiveram em estrita obediência um mero carácter utilitário e funcional. Posto que certamente desde o século XV esta situação incomodasse os seus habitantes e até o poder central, o certo é que só foi encarada a sua recuperação, com sentido prioritário, unicamente no reinado de Filipe III, que em carta datada de 6-4-1631 ordena a D. Luis de Sousa, 2.º Conde do Prado e Governador do Algarve que «acudisse logo ao castello de Sagres no quall cahirão alguns lanços de muralha, deixando todas as demais obras». A ruína em que nessa altura se encontrava era ainda resultante do desembarque da frota de Francis Drake, ocorrido em 25-5-1587. Convém lembrar que a Fortaleza de Sagres, durante e após o jugo espanhol, foi objecto de constantes apelos dos governadores do Algarve, Henrique e Martim Correia da Silva, que não só denunciavam a precariedade dos seus muros como ainda a débil operacionalidade do seu armamento, queixando-se também da indigência em que haviam mergulhado os seus habitantes. Sem sustento, sem equipamento bélico e sem o pagamento do soldo, a defesa daquela praça militar era quase impraticável. Os impostos, a ingratidão da terra e os constantes ataques dos piratas, afastava definitivamente os povoadores. Nessa altura, das obras de “pedra e cal” se encarregou o Eng.º Pedro de Santa Colomba, que tinha

igualmente a seu cargo o restauro de alguns outros edifícios militares em Faro, Tavira e Castro Marim. Consta que anteriormente - entre 1638 e 1642 - também o Bispo D. Francisco Barreto procedera a obras de beneficiação no edifício da cisterna e nos panos da muralha. Remonta igualmente ao século XVIII o levantamento da derruída muralha exterior, que ficou estruturada segundo o sistema de Pagan. Contudo, julgamos que não ficou concluída e já no século seguinte se entendia que o sistema de fortificação deveria ser alterado, o que se atesta numa carta de D. Rodrigo António de Noronha e Menezes, dirigida ao Marquês de Pombal, datada de 22-6-1754: «Fica esta praça em uma ponta de rocha firme, pela parte do mar é forte por natureza; pela da terra tem boa muralha, porém no exterior, está em partes por acabar; o que se não precisa por se não dever seguir o método com que está principiada, porque, quando sua Majestade a quisesse mandar acabar, se devia seguir outro sistema».¹

Mas, no ano seguinte, o terremoto arrasava quase por completo os edifícios e os muros da fortaleza, conforme assevera o pároco numa memória enviada em 1758 ao Padre Luís Cardoso; «... com o terremoto caiu grande parte dos muros, em umas até ao chão, e em outras até o meio, e o que está de pé está ameaçando ruína. (...) o contra muro padeceu pouco com o terramoto, está todo de pé (...) A Igreja com o terramoto caiu parte do frontespício e parte da abóbada; o arco da capela-mor despegou da parte esquerda para a direita, e ficou meio suspenso, e a capela-mor se abriu em quatro partes e ficou toda a igreja ameaçando grande ruína...».²

Após alguns anos de confrangedor abandono, encarregou-se da reposição das muralhas e da reconstrução dos edifícios de apoio militar o Conde de Vale dos Reis que seguindo o sistema de Vauban deu por concluído o seu trabalho em 1793, o que se comprova pela inscrição das armas que encimam a porta exterior. De acordo com uma planta do último quartel do século XVIII, reservada na Biblioteca Nacional, provavelmente coeva do Conde de Val de Reis, verifica-se que possui uma estrutura externa muito semelhante



Reprodução de um mapa existente na Bib. Nacional apresentando as alterações na construção da muralha e toda a zona envolvente, do Beliche ao Cabo S. Vicente

à que ainda hoje apresenta, e que é totalmente diferente daquela que se observa no mapa de Francis Drake. Contudo, é possível que essas obras não tenham obtido a eficácia e a notoriedade que seria desejável, pois que no primeiro quartel do século XIX já evidenciavam acentuada degradação, a acreditar nas palavras de Almeida Garrett consignadas no seu poema D. Branca, publicado em 1826:

«..... Ruínas tristes,
Esbroados pardieiros - oh, vergonha ! -
São as torres d'Henrique. Affasta os olhos,
Viandante, não vejas esse opprobrio
Da Nação que a primeira foi no mundo
Em nobrezas.....»

Em Oitocentos pouco ou nada se fez para obstar a esta triste situação, a não ser a simples constatação do facto pelo Visconde de Sá da Bandeira que em 1833, então episodicamente Governador do Algarve, idealizou para o local a colocação de «uma coluna rostral que recordasse aos que passam

por aquele promontório o nome do ilustre príncipe (D. Henrique) e as glórias navais dos portugueses». Por razões que desconheço, alterou as suas intenções optando pela incrustação de uma lápide na parede interna do torreão com uma inscrição em latim, paralelamente traduzida em português, da autoria do famoso Cardeal Saraiva, inaugurada em 24-7-1840, e cuja transcrição corre impressa em variadíssimas obras. Curiosamente, mais tarde, o escritor Brito Camacho ao confrontar-se com a sua leitura classificou-a de «espécie de pedra tumular, marcando a sepultura de um obscuro major reformado».

Constata-se, portanto, que a beneficiação e restauro das muralhas de Sagres constituiu-se num processo lento e demorado que se prolongou, com maior ou menor acuidade, praticamente até 1960, altura em que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais lhe conferiu o actual aspecto.

Penetrando no recinto interior do promontório, deparamos com três elementos arquitectónicos principais, a saber: a igreja, o conjunto alinhado de habitações vulgarmente designado por edifícios da “correnteza de Sagres” e a tão decantada “Rosa dos Ventos”.

A igreja que serve de matriz à freguesia, tem por orago Nossa Senhora da Graça, cuja origem se desconhece mas que já vem referenciada, embora com o nome de Santa Maria da Graça, nos livros paroquiais desde 1713. No entanto, a sua primitiva invocação seria Santa Maria pois que na carta do Infante D. Henrique datada de 1460 se afirma a dado passo: «Em Reuerença de minha Senhora Sancta maria mandey e(m) ella [Vila do Infante] fazer huua sua capella». Coeva do Infante - se não na traça arquitectónica é-o pelo menos na posição que ocupa, pois que a mesma se pode observar no mapa de Francis Drake - possui uma só nave e um único altar, a que dá acesso um portal renascentista de nímia singeleza, originário duma posterior reconstrução. No seu interior há apenas que assinalar a existência de três lápides tumulares brasonadas, datadas de 1591, 1627 e 1663; a primeira parece pertencer a João Fernandes de Ceutá (capelão da igreja) e as outras aos “castelões” do tempo da governação filipina, respectivamente a Diogo Misia Chirinos e a



Igreja de Nossa Senhora da Graça, onde segundo reza a tradição esteve sepultado São Vicente, cujas relíquias foram levadas para Lisboa numa barca pescaresca ladeada por corvos, que compõem o braço da cidade.

(Aquarela de Hélio Xavier, 1992)

Ascençõ Alves Barreto. O retábulo do altar-mor era de talhe renascentista, onde presentemente já não se encontra por haver sido retirado durante as obras de restauro, e a imagem de N.^a S.^a da Graça parece-nos de origem italiana recentemente retocada nos seus paramentos.

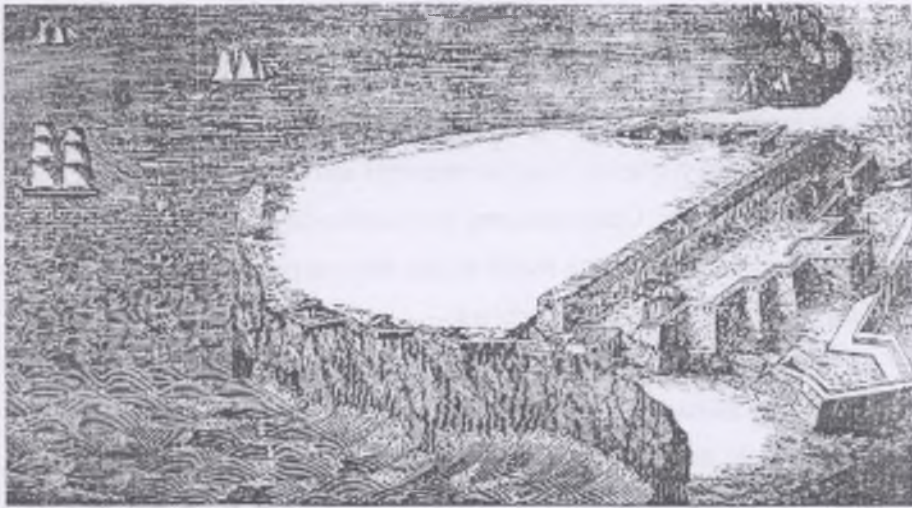
Os edificios da “correnteza”, que alinham paralelamente à muralha e que dela distam cerca de 70 metros, encontravam-se desde o século XVIII em acentuado estado de abandono, os quais foram radicalmente alterados na reconstrução efectuada pelos Monumentos Nacionais, ali se instalando um Centro de Estudos Ultramarinos, cuja actividade científica não teve grandes repercussões. Nessa altura demoliu-se o edificio do Posto Radiogonométrico Naval, que em boa verdade não se enquadrava nas tradições históricas do local.

Nos edificios da “correnteza”, supõe-se que terão existido os Paços do Infante, a Casa do Cosmógrafo, a casa do Governador e outras dependências, a que já alguém chamou “as cavaliças d’el-rei”, mas que efectivamente serviam para alojar a guarnição militar. Quando os Monumentos Nacionais

procederam à demolição daquelas casas, restituindo-as à traça que o desenho de Francis Drake parecia revelar, descobriram-se vários panos da primitiva muralha assim como vestígios de uma outra cintura para Sul e de ambos os lados da escarpa, o que em tempos remotos tornava quase inexpugnável aquele recinto militar. Curiosamente, vem a talhe de foice lembrar que nessa altura, tiveram que adquirir a fortaleza por estar na posse de um particular, o que era verdadeiramente inconcebível.

A “rosa dos ventos”, estranha figura geométrica radiada, desenhada com pedras toscas, foi casualmente descoberta por volta de 1921; possui 51 metros de diâmetro e 32 raios, ou rumos, de tamanho e espacejamento muito desigual. Trata-se de um elemento de incontestável valor histórico, susceptível das mais variadas interpretações, cuja origem se desconhece mas que se supõe coeva do Infante D. Henrique, até pelo facto de aqui se haverem encontrado cinco ceitis de D. Afonso V, hoje depositados no Museu de Lagos. O almirante Gago Coutinho, que a 30-7-1949 visitou o local, afirmou não ter dúvidas de que se tratava de uma rosa-dos-ventos, prova evidente da presença de pilotos, astrónomos e navegadores, que ali se reuniam sob os auspícios do Infante. Contudo, esta interpretação não está ainda dada como definitiva, pois há que não esquecer a hipótese do Dr. José António Madeira que sustentava a configuração de quatro relógios solares, entrelaçados e correspondentes às quatro estações do ano. Seja como for, numa planta dos finais do século XVIII, conservada na Biblioteca Nacional, constata-se que por aquele local existiu uma, construção de forma circular, nela designada como “ermida incompleta”. Porém, na gravura publicada na revista *O Panorama* nada consta que nos possa asseverar da sua existência, não figurando também o edifício de traça medieval, presentemente transformado em auditório. Mantém-se, portanto, a dúvida. Terá existido ali uma vetusta ermida ou antes um observatório astronómico ?

Quanto ao resto pouco mais há que assinalar, a não ser o edifício de construção nitidamente medieval, situado cerca de 50 metros para sul, de



Desenho da Fortaleza publicado em 1843 na revista O Panorama

utilização ainda pouco esclarecida, que não consta no mapa de Francis Drake mas que na planta do século XVIII aparece designado por “armazém incompleto”, presentemente adaptado como auditório e onde se projecta um filme alusivo aos descobrimentos henriquinos, que convinha fazer substituir por um documentário cientificamente mais rigoroso. As ruínas do velho paiol foram restauradas, o antigo farolim foi demolido para dar lugar a um farol com estação radiométrica e o tão propalado monumento ao Infante, de que se fez concurso público e cuja construção esteve prevista para assinalar o Centenário da Nacionalidade, nunca chegou, felizmente a efectivar-se. As furnas e outros acidentes geográficos completam aquela mole imensa, fortaleza natural que a história consagrou, pólo de atracção do turismo internacional, que nas pedras mortas da velha muralha sentem no murmúrio dos ventos a voz do passado.

Fica-nos, porém, a sensação de estarmos perante um vasto e rico património que já ultrapassou os restritos limites da nossa posse, visto que a força da sua tradição histórica de há muito que se tornou pertença da cultura universal. Por isso, proponho que por intermédio das mais competentes instâncias superiores se outorgue ao Promontório de Sagres a classificação

de Património Universal, sob a protecção da UNESCO. Suponho que só deste modo teremos a garantia da sua conservação e intocabilidade, para além dos séculos.³

A Situação actual de Sagres

Quando escrevi esta comunicação estava longe de supor que a minha proposta de classificação do Promontório de Sagres nunca seria aceite pela então Secretaria de Estado da Cultura. Na verdade, já nessa altura se falava na possibilidade de ali erguer um monumento aos Descobrimentos, como se aquele lugar talhado pela força da natureza e prenhe de um secular misticismo não fosse já suficientemente monumental para dispensar uma intervenção humana. A minha proposta de classificação aprovada nas Jornadas da APAC e enviada à então SEC foi postergada e arquivada, porque estava nos propósitos do governo abrir um concurso público para o reordenamento do espaço envolvente, dotando a Fortaleza de Sagres de equipamentos turísticos que perpetuassem a epopeia dos Descobrimentos Portugueses e tornassem rentável o investimento público. No fundo o que se ouvia dizer não era tido em linha de conta porque soava à repetição de um inacreditável absurdo executado, felizmente sem repercussões de maior, pelo Estado Novo cujo chefe, Oliveira Salazar, teve o bom senso de nunca mandar materializar. Com efeito, nos dois concursos públicos, realizados por ocasião das Comemorações Centenárias, houve efectivamente vencedores que receberam os seus prémios pecuniários e distinções honoríficas. Mas não se concretizou nenhum monumento aos Descobrimentos, porque alguém, suficientemente inteligente, impediu que se cometesse a atrocidade de alterar o equilíbrio paisagístico de um notabilíssimo promontório, talhado pela força da natureza e carregado de forças místicas, que deram àquele espaço a ambiência temerosa e aventureira da diáspora lusitana.

José Carlos Vilhena Mesquita

Infelizmente a ânsia pequeno-burguesa de ficar na História a todo o custo tem-se manifestado de forma doentia na mente dos nossos políticos, a ponto de cometerem o pecado do despesismo público e do esbanjamento financeiro em obras megalómanas de duvidosa utilidade e nímio interesse nacional. São disso exemplo o Centro Cultural de Belém e a Expo 98 (agora pomposamente denominada como “Parque das Nações”) que no seu conjunto ascendem a algumas centenas de milhões de contos, uma exorbitância para um país que segue na cauda da Europa dita industrializada e desenvolvida. Por outro lado são obras duma inquietante similitude com o Estado Novo, que nos trazem à memória o estigma do centralismo político e da superioridade da “capital do império” face ao subdesenvolvimento e assimetrismo económico da chamada “província” ou do “Portugal profundo”.

Mas pior do que tudo isso é aceitar que em nome dos Descobrimentos e da cultura portuguesa se tivesse realizado um concurso público para dotar a Fortaleza de Sagres de equipamentos turísticos, fazendo tábua rasa dos princípios que nortearam a intervenção de 1960, a qual se limitou a reconstituir os elementos arquitectónicos contidas na carta desenhada por Francis Drake. Os “fascistas” entenderam que não se devia construir um monumento em Sagres aos Descobrimentos, mas tão só recuperar os edifícios que ali teriam indubitavelmente existido no séc. XVI. Os nossos iletrados governantes, à laia de um novo-riquismo confrangedor, decidiram efectuar uma “arrasadora” intervenção em Sagres, orçada em quase um milhão de contos, que serviu apenas para construir um inestético edifício a que o vulgo chama o “armazém do bacalhau”. O que ali se fez foi simplesmente um atentado de lesa património, ainda por cima contra a vontade dos algarvios. Notou-se então claramente que o Algarve não possui uma forte consciência regional capaz de garantir a sua integridade cultural e de reivindicar a sua ancestral personalidade histórica. E quando em 1991 se embargaram as obras, o mal já estava feito e ninguém teve a inteligência suficiente nem o mínimo bom-senso para pedir desculpa aos algarvios e mandar demolir o mamarracho a que chamam o “armazém do

bacalhau”. Bem pelo contrário, acabaram-se as obras sob a desculpa de que a reposição da situação anterior implicaria a devolução à CEE de meio milhão de contos. Por isso hoje a Fortaleza está “nova e bonita”, como diria qualquer bimbo novo-rico. Muralhas rebocadas de cimento, imaculadamente caiadas de branco, a condizer com a alvura dos novos edifícios turísticos. O que antes era um respeitável monumento militar do século XVI, ensimesmado num imenso monumento talhado pela natureza, é hoje um moderno equipamento turístico para receber estrangeiros vestidos de calções e soquetes brancas, a condizer com os edifícios e o slogan: “o Algarve é branco”.

1 Jordão de Freitas, *A Vila e a Fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*, Coimbra, edição do Instituto de Alta Cultura, 1938, p.116.

2 ANTT, Dicionário Geográfico, vol. 33, fls. 142.

3 Termina aqui o texto da nossa comunicação apresentada em Vila do Bispo a 28-11-1986, no âmbito das VI Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares, organizadas pela Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. Nessa altura apresentamos uma moção para a classificação do Promontório de Sagres como Património da Humanidade, a qual foi unanimemente aprovada pelos participantes nas Jornadas. Infelizmente a proposta não teve o seguimento desejado, mas isso não lhe retira o mérito de ter sido a primeira que veio a público para defender e promover a dignidade daquele que é seguramente o maior monumento dos Descobrimentos Portugueses.

BIBLIOGRAFIA

- Cortesão, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Portugália Editora, 1960.
- “Sagres”, in *Guia de Portugal*, vol.II, Lisboa, Bib.Nacional, 1927.
- Cortez, José, “Paços do Infante no Promontório Sacro?”, in *Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 2.ª série, n.º 9, Lisboa, 1956.
- COSTA, A. Fontoura da, “Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres”, in *Arquivo Histórico da Marinha*, n.º 1, Lisboa, 1933.
- FREITAS, Jordão de, *A Vila e a Fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*, Coimbra, edição do Instituto de Alta Cultura, 1938.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio II, sobre História de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1978.
- IRIA, Alberto, “O Algarve e a Andaluzia no século XV, Documentos para a sua História (1466-1480)”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 23, tomo I, Lisboa, 1975.
- O Algarve e os Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, ed. Instituto Alta Cultura, 1956
- “O Algarve sob o domínio dos Filipes (1580-1640)”, in *Memórias do Congresso do Mundo Português*, vol. VI, tomo I, Lisboa, 1940.
- “A Fortaleza de Sagres: Três Símbolos de Duas Tácticas”, in *Defesa Nacional*, n.º 373-374, Maio-Junho, 1965.

Da Importância Geo-Política do Algarve na Defesa Marítima de Portugal, nos séc. XV a XVIII, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976.

Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve, Faro, 1960.

Leite, Duarte, *História dos Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, ed. Cosmos, 1958-1960.

Lopes, Francisco Fernandes, “O Algarve e o Infante D. Henrique”, in *Boletim da Junta de Província do Algarve*, Lisboa, 1942.

“Sagres e a Vila do Infante”, in *Diário do Algarve*, oito artigos de Março a Abril de 1933.

Terçanabal e a Escola de Sagres, Lisboa, Seara Nova, 1945.

Lopes, João Baptista Silva, *Corographia ou Memoria Economica, Estadistica, e Topografica do Reino do Algarve*, Lisboa, Academia das Sciencias, 1841.

Monumentos de Sagres, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 100, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1960.

Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975.

Rebelo, J. J. Brito, “A Vila do Infante”, in *O Occidente*, vol. XVII, n.º 548, Lisboa, 1894.

São José, Frei João de, “Corografia do Reino do Algarve”, in *Dois Descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura e notas do Prof. Manuel Viegas Guerreiro), Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1983.

José Carlos Vilhena Mesquita

Sarrão, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve (circa 1600)”, in *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura e notas do Prof. Joaquim Romero Magalhães), Lisboa, Sá da Costa, 1983.

Silva, A. A. Baldaque da, *Roteiro Marítimo da Costa Ocidental e Meridional de Portugal*, Lisboa, 1899.

Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, Porto, Liv. Civilização, 1973.

**** Presidente da AJEA e Professor da Universidade do Algarve**

* Texto da comunicação apresentada às *VI Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares*, realizadas em Vila do Bispo, Lagos, Silves, Loulé e Faro, de 28 de Novembro a 1 de Dezembro de 1986, sob a égide da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (APAC). As Actas destas Jornadas nunca se editaram, mantendo-se inédita a comunicação que agora se publica.



Perspectiva do telhado dos edifícios da “correnteza”, que foram reconstruídos conforme o desenho de Francis Drake. Foram arrasados para no seu lugar se erguer o popularmente denominado “armazém do bacalhau”.

(Aguarela de Hélio Xavier, 1992)